

Fundação de Assistência Social de Anápolis
CNPJ: 01.038.751/0001-60

BALANÇO PATRIMONIAL			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em reais)			
	N.E	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (sem restrição)	4	3.039.927	2.469.235
Caixa e equivalentes de caixa (com restrição)	5	19.584.285	13.273.050
Contas a receber	6	2.891.865	2.932.692
Estoques (sem restrição)	6	665.894	1.164.057
Estoques (com restrição)	7	737.301	198.437
Adiantamentos ativos	7	416.727	176.525
Despesas Antecipadas	8	17.146	6.201
Outros créditos	9	105.639	234.463
Total do circulante		27.448.654	20.454.659
Não circulante			
Ativo Imobilizado (sem restrição)	7	34.271.800	35.146.949
Ativo Imobilizado (com restrição)	8	101.942.426	2.630.472
Total do não circulante		144.993.048	37.777.421
Total do ativo		172.441.702	58.232.081

Passivo e patrimônio líquido			
	N.E	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	8	14.495.838	6.939.127
Empréstimos e financiamentos	9	7.379.382	3.861.478
Obrigações trabalhistas e sociais	10	16.901.825	13.295.923
Tributos a pagar	11	3.700.134	5.069.700
Adiantamento de clientes	12	584.147	351.545
Verbas a contar a pagar	13	3.641.873	8.421.014
Outras contas a pagar (com restrição)	12	17.420.647	12.839.556
Total do circulante		63.523.846	50.717.753
Não circulante			
Reserva para lucros	11	30.505.113	27.761.868
Obrigações trabalhistas e sociais	10	1.905.661	3.159.589
Provisão para contingências	14	14.479.038	30.875.386
Outras contas a pagar	12	1.126.811	2.488.985
Empréstimos e financiamentos	9	28.276.526	35.222.302
Outros créditos	19	16.293.548	99.506.129
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		(119.929.477)	(104.156.779)
Ajustes de exercícios anteriores		1.752.362	1.752.362
Reserva para lucros		(1.326.629)	(1.326.629)
Superávit / Déficit do exercício		24.047.283	(15.772.698)
Total do patrimônio líquido		(67.375.693)	(91.993.801)
Total do passivo e patrimônio líquido		172.441.702	58.232.081

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em reais)			
	N.E	31/12/2025	31/12/2024
Receitas operacionais (sem restrição)	16	64.885.671	63.318.230
Receitas operacionais (com restrição)	17	37.057.949	24.411.827
Total das receitas		101.943.620	87.730.057
Despesas operacionais (sem restrição)	17	(52.574.644)	(54.903.783)
Despesas operacionais (com restrição)	18	(20.170.172)	(18.773.924)
Total das despesas		(72.744.816)	(73.687.707)
Superávit bruto		29.198.804	14.047.351
Despesas com Pessoal	18	(11.740.162)	(5.984.027)
Despesas gerais e administrativas (sem restrição)	19	(10.648.966)	(9.671.726)
Despesas gerais e administrativas (com restrição)	20	(7.226)	(22.756)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	21.139.722	(8.181.291)
Despesas / Receitas operacionais, líquidas	22	(1.326.629)	(1.326.629)
Superávit / Déficit antes do resultado financeiro		27.872.172	(9.172.499)
Despesas financeiras (sem restrição)	23	(10.588.880)	(6.427.277)
Despesas financeiras (com restrição)	24	(93.125)	(12.160)
Receitas financeiras	25	6.857.116	479.188
Resultado financeiro líquido		3.824.889	(5.960.249)
Superávit / Déficit do exercício		24.047.283	(15.772.698)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em reais)			
	N.E	31/12/2025	31/12/2024
Superávit / Déficit do exercício	26	24.047.283	(15.772.698)
Outros resultados abrangentes	27	-	-
Resultado abrangente do exercício		24.047.283	(15.772.698)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em reais)				
	Patrimônio Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(84.870.146)	26.183.313	(17.154.096)	(75.840.919)
Superávit / Déficit do Período	-	-	(15.772.698)	(15.772.698)
Superávit / Déficit acumulado	(19.286.633)	-	-19.286.633	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	(380.184)	(380.184)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(104.156.779)	26.183.313	(14.020.336)	(91.993.801)
Superávit / Déficit do Período	-	-	24.047.283	24.047.283
Superávit / Déficit acumulado	(15.772.698)	-	-15.772.698	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	(453)	(453)
Ajustes de Avaliação Patrimonial no exercício	-	570.825	-	570.825
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(119.929.477)	26.754.138	25.799.645	(67.375.693)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em reais)			
	31/12/2025	31/12/2024	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit / Déficit do exercício	24.047.283	(15.772.698)	938.102
Ajustes de caixa	1.326.629	1.326.629	766.200
Ajustes de avaliação patrimonial no exercício	570.825	-	(300.184)
Variação de ativo e passivos	(7.093.802)	29.540.313	-
Contas a receber	40.827	129.646	-
Estoques (sem restrição)	498.163	(304.334)	-
Estoques (com restrição)	(538.864)	(198.437)	-
Adiantamentos ativos	(240.201)	238.959	-
Despesas Antecipadas	(946)	(1453)	-
Outros créditos	128.954	2.468.371	-
Fornecedores	7.556.711	1.099.333	-
Obrigações trabalhistas e sociais	2.351.974	2.892.940	-
Tributos a pagar	834.269	6.702.893	-
Adiantamento de clientes	232.602	34.512	-
Outras contas a pagar	(6.141.315)	(1.211.242)	-
Verbas a receber (com restrição)	4.581.081	12.839.556	-
Provisão para contingências	(16.396.348)	4.848.568	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(7.981.827)	(824.178)	-
Aquisição de imobilizado	(24.809.104)	(1.322.697)	-
Baixa de ativo imobilizado	16.827.277	498.518	-
Aquisição de intangível	-	-	-
Baixa de ativo intangível	-	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos	(3.427.472)	(4.930.615)	-
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	6.881.927	8.950.923	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.742.285	6.791.362	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22.624.212	15.742.285	-
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	6.881.927	8.950.923	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anexo de forma digital por WELLINGTON DE JESUS			
Anexo de forma digital por MARIA AUGUSTA PIRES			
Anexo de forma digital por CARVALHO-99			
Anexo de forma digital por 550253104			
WELLINGTON DE JESUS	CPF: 028.308.300-00	Assinado em 2024/05/18 10:26:24 -03'00'	
MARIA AUGUSTA PIRES	CPF: 7996306931	Assinado em 2024/05/18 14:48:21 -03'00'	
CARVALHO-99	CPF: 99630693100	Assinado em 2024/05/18 14:48:21 -03'00'	
550253104	CPF: 302605105	Assinado em 2024/05/18 14:48:21 -03'00'	

1. Contexto operacional

A Fundação de Assistência Social de Anápolis é uma entidade hospitalar, filantrópica e de assistência social, fundada em 19/07/1946, de constituição civil, com sede na Avenida Santos Dumont, nº 980 - Bairro Jundiá em Anápolis - Goiás. Possui Título de Utilidade Pública e o CEAS conforme Portaria nº 812/17, mantenedora do Hospital Santa Casa de Misericórdia de Anápolis, localizado no mesmo endereço da entidade.

São finalidades estatutárias, conforme art.3º e 4º:

- Art.3º - Criação, desenvolvimento e manutenção de assistência à saúde e a assistência social as pessoas necessitadas, especialmente a crianças, adolescência, maternidade e a velhice, sem distinção de cor, raça e religião, visando sempre a preservação da saúde e da vida;
- Organizar festividades, visitas públicas, estabelecendo melhor contato social entre o povo, a FASA e seus beneficiários;
- Cooperar com os poderes públicos no sentido de fortalecimento da harmonia social e do respeito às leis e aos institutos;
- IV- Manter entendimentos com entidades congêneres, entendimentos para maior e melhor assistência à pobreza desvalida;
- Estimular a promoção social, moral, cultural e econômica dos assistidos;
- Desempenhar outras finalidades que lhe forem designadas pelo Conselho Curador.

Art.4º

- A FASA visa com suas atividades, a manutenção da Santa Casa de Misericórdia de Anápolis, Ambulatório Frei Rosário Vieira e outras unidades e extensões que venham a ser criadas.

As atividades em 2025, foi firmado um contrato de gestão plena entre a Fundação de Assistência Social de Anápolis e o Governo do Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado da Saúde, sendo, no ano de 2010, renovado através do contrato 0012010, no sentido da continuidade na administração do Hospital Estadual de Urgência de Anápolis Dr. Henrique Santillo – HUANA, também localizado na cidade de Anápolis - GO, com objetivo de promover ações assistenciais voltadas à saúde da população local e também dos circunvizinhos. Cabe ainda ressaltar que a entidade não recebe qualquer tipo de remuneração pelo contrato de gestão, pois todo recurso recebido é investido integralmente no custeio do referido hospital.

Em 17 de novembro de 2019, houve o processo de transição entre a FASA e a FUNEV para transferir a gestão da unidade HUANA de acordo com o Chamamento Público nº 01/2019 e TAC nº 2019 00131 3843. Neste sentido, a FASA tem a responsabilidade e o compromisso de honrar suas obrigações até a baixa do CNPJ, com recursos advindos da SES/GO.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelos Comitês de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), subsidiárias, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade ITG 17 (R2) – Subvenção Governamental, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão nº 0012010/SES-GO, por força do entendimento da essência sobre a forma, e Norma Brasileira de Contabilidade ITG 1000 (R1) – Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/2009 elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos e nas orientações e interpretações emitidas pelo CPC e aprovados pela CVM e pelo CFC.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

2.1.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da entidade.

2.1.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos, sujeitos a essas estimativas, incluem a definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, estoques e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido a possíveis imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que estas são revisadas, bem como em quaisquer períodos futuros anteriormente apresentados.

2.1.3 Reclassificação para fins de comparabilidade

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor comparabilidade com as demonstrações do exercício de 2025. Referidas reclassificações consistiram, essencialmente, em alterações na classificação de contas notadas nas demonstrações do balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e respectivas notas explicativas, não implicando em alteração dos saldos patrimoniais, do resultado do exercício ou do patrimônio líquido anteriormente apresentados.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012.

2.2.1 Auração do déficit / superávit

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. As receitas são basicamente oriundas de subvenções, convênios e doações, as quais são mensuradas com base no valor líquido da contraprestação recebida e a receber, excluindo despesas com tributos e despesas. As despesas são reconhecidas mensalmente, respeitando os Princípios de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento em resultado, limitado sempre ao valor dos contratos.

2.2.2 Redução ao valor recuperável ("IMPAIRMENT")

No exercício de 2025, a Fundação de Assistência Social de Anápolis realizou, com o apoio de empresa especializada, o levantamento físico e a revisão cadastral dos bens móveis do ativo imobilizado, contemplando a identificação, localização, classificação e atualização das informações patrimoniais, com vistas à adequação e confiabilidade dos registros contábeis.

2.2.3 Passivos contingentes

Os passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade constituiu provisão para contingentes passivos de ações trabalhistas, civis e tributária, com base nos relatórios dos assessores jurídicos internos e externos, os quais foram apresentados com classificação de riscos provável, e interpretados e reconhecidos como suficientes para cobertura de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais quando transado em julgado.

2.2.4 Caixa e equivalentes a caixa

Caixa e equivalentes a caixa compreende os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata, em títulos, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, em um mon-

tante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudanças de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo.

2.2.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação da Fundação (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que eles se apresentam livres de ônus ou gravames.

2.2.6 Imobilização

2.2.6.1 Reconhecimento e mensuração
 Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzindo da depreciação calculada. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Os ativos imobilizados com restrição são bens adquiridos por Convênios com recebimento de recursos do Fundo Nacional de Saúde. Conforme a ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos (R2), NBC TG 07, os bens são controlados em grupos específicos cuja receita será reconhecida no resultado de acordo com que os bens forem depreciados durante o exercício.

2.2.6.2 Depreciação/Amortização

As cotas de depreciação no exercício 2025 foram calculadas individualmente, bem a bem, pelo sistema de controle patrimonial, observando percentuais com taxas de depreciações diferenciadas, em face da nova vida útil dos bens definidas de acordo com as características de cada bem.

2.2.7 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, posteriormente, demonstrados pelo custo a amortizar. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor total a pagar é reconhecida na DRE – Demonstração de Resultado do Exercício, durante o período em que o empréstimo esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que, para solução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação.

2.2.9 Patrimônio social

A Entidade reverte integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

2.2.10 Imunidade tributária

A Fundação de Assistência Social é uma entidade sem fins lucrativos, em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com a Constituição Federal, artigo 150, VI, "c" e Código Tributário Nacional, artigos 9º, IV, "c", artigos 167 e 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e o artigo 155 da Constituição Federal.

3. Continuidade operacional

Abaixo estão demonstrados os índices de liquidez da entidade, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

3.3.1 Liquidez geral

Indica a capacidade da entidade de honrar suas obrigações de curto e longo prazo, considerando a totalidade dos ativos realizáveis. Índices iguais ou superiores a 1 demonstram suficiência de recursos para cobertura das obrigações, enquanto índices inferiores a 1 podem indicar riscos à liquidez.

Os assessores jurídicos, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. No exercício de 2025, a Administração revisou as premissas utilizadas na mensuração dessas provisões, promovendo alteração relevante na estimativa de desembolso financeiro esperado. Até então, as provisões vinham sendo reconhecidas com base no valor integral das causas, conforme informações constantes nas respostas de circularização.

Com base em reavaliação realizada em conjunto com os assessores jurídicos, a Administração passou a adotar como melhor estimativa o valor efetivo de desembolso financeiro esperado para liquidação das obrigações, conforme preconizado pelo CPC 25, o qual determina que as provisões devem refletir a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data-base.

Adicionalmente, no exercício, foram identificados e formalizados parcelamentos junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Receita Federal do Brasil (RFB) e Caixa Econômica Federal (FGTS), cujos termos preveem descontos integrais sobre encargos financeiros, tais como juros, multas e demais acréscimos legais, sendo exigível, substancialmente, apenas o valor principal dos débitos.

Dessa forma, verificou-se que parte relevante dos valores anteriormente provisionados não refletia a obrigação presente da entidade, uma vez que estava baseada em valores de causa que não representavam o efetivo desembolso esperado. Em decorrência dessa mudança de estimativa e da formalização dos parcelamentos, a Administração procedeu à reversão parcial das provisões tributárias, com impacto relevante no resultado do exercício.

Os valores correspondentes às obrigações efetivamente assumidas encontram-se devidamente reconhecidos em contas específicas do passivo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 - Obrigações trabalhistas e sociais, no que se refere aos parcelamentos de FGTS, e na Nota Explicativa nº 11 - Tributos a pagar, relativamente aos parcelamentos firmados junto à PGFN (débitos previdenciários e demais débitos) e à Receita Federal do Brasil.

15. Patrimônio líquido

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Composição do saldo:			
Patrimônio social	(119.929.477)	(104.156.779)	(84.870.146)
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.752.362	1.752.362	2.132.547
Ajuste de Avaliação Patrimonial	26.754.138	26.183.313	26.183.313
Déficit do exercício	24.047.283	(15.772.698)	(19.286.633)
Total	(67.375.693)	(81.993.801)	(75.840.919)

O Patrimônio da Entidade é constituído de Bens Móveis, Imóveis e o Superávit/Déficit integralizado ao mesmo, é aplicado na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, conforme previsto no estatuto. Em 31 de dezembro de 2025, o Patrimônio Líquido se encontra descoberto no valor de R\$ 67.375.693 milhões.

16. Receita operacional

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Composição do saldo sem restrição:			
Programa Atividade de Saúde	55.324.623	53.086.967	55.540.365
Receitas de doações	333.396	1.045.910	700.935
Subvenções governamentais	8.404.510	8.017.510	992.649
Receitas de contratos	814.645	1.167.844	88.320
Outras receitas	6.436	-	-
Total	64.885.671	63.318.230	57.322.269

Composição do saldo com restrição:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de contratos	4.537.111	2.753.205	3.016.178
Receitas de doações	198.112	-	-
Subvenções Governamentais	31.430.217	21.144.737	25.182.393
Receita para investimentos	892.539	513.884	627.951
Outras receitas	37.057.949	24.411.827	28.826.522
Total	101.943.620	87.730.057	86.148.791

A receita operacional da Entidade decorre, principalmente, da prestação de serviços hospitalares e assistenciais aos pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), planos de saúde, atendimentos particulares e demais contratos vinculados à atividade-fim.

Adicionalmente, compõem a receita operacional os ingressos provenientes de doações, subvenções governamentais estaduais, municipais e parlamentares, bem como receitas

destinadas a investimentos, as quais podem possuir ou não restrição quanto à sua aplicação, conforme a natureza do recurso e as condições estabelecidas pelo ente repassador ou doador.

As receitas sem restrição são reconhecidas no resultado conforme sua realização e disponibilidade para manutenção das atividades da Entidade. Já as receitas com restrição são apropriadas em conformidade com a aplicação dos recursos nas finalidades específicas para as quais foram recebidos.

Em 31 de dezembro de 2025, a receita operacional totalizou R\$ 101.943.620, sendo R\$ 64.885.671, referentes a receitas sem restrição e R\$ 37.057.949, relativas a receitas com restrição.

17. Custos

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Composição do saldo sem restrição:			
Custos com pessoal	(33.041.885)	(37.085.697)	(30.914.046)
Custos com serviços de terceiros - PJ	(7.492.056)	(7.061.950)	(18.138.673)
Custos com materiais hospitalares	(8.571.453)	(7.647.832)	(7.269.951)
Custos com materiais de consumo	(3.469.250)	(3.113.305)	(3.031.332)
Total	(52.574.644)	(54.908.783)	(59.354.002)

Os custos da Entidade compreendem, substancialmente, gastos relacionados à execução de suas atividades assistenciais, incluindo despesas com pessoal próprio, tais como remunerações e encargos sociais, bem como custos operacionais diretamente vinculados à prestação dos serviços de saúde, como materiais hospitalares, materiais de consumo e serviços de terceiros.

Os custos estão segregados entre recursos com restrição e sem restrição, conforme a vinculação dos recursos que os financiam, em linha com a natureza das receitas correspondentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o total de custos foi de R\$ 72.744.816 (R\$ 73.682.706 em 2024), representando uma redução em relação ao exercício anterior. Essa variação decorre, principalmente, da redução nos custos com pessoal sem restrição, parcialmente compensada pelo aumento dos custos com serviços de terceiros vinculados a recursos com restrição.

18. Despesas com pessoal

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Composição do saldo:			
Despesas ordenadas e salários	(8.630.643)	(4.207.694)	(8.328.897)
Despesas fgts	(974.286)	(459.077)	(288.754)
Despesas horas extras e gratificações	(95.063)	(32.041)	(155.005)
Despesas ad. tempo de serviço e noturno	(1.824.783)	(820.154)	(259.732)
Despesas aviso prévio	(171.477)	(29.783)	(12.026)
Despesas vale transporte	-	(4.501)	(187.808)
Despesas acordo trabalhista	(43.909)	(420.777)	(155.607)
Total	(11.740.162)	(5.984.027)	(9.387.839)

A variação de R\$ 4.422.949 entre 2025 e 2024 na rubrica de despesas com ordenadas e salários decorre, principalmente, da adoção da segregação entre custos e despesas com pessoal. Ao se analisar o montante total de forma consolidada, contemplando custos e despesas com pessoal, observa-se que não houve variação significativa no período.

Resalta-se, ainda, que, embora tenha havido redução de 31 colaboradores de 2024 para 2025, houve impacto financeiro adicional decorrente dos ajustes relacionados ao pagamento do piso da enfermagem.

Destaca-se que, em 2024, foram reconhecidos 10 meses desse pagamento, ao passo que, em 2025, o efeito compreendeu os 12 meses do exercício, fator que contribuiu para a manutenção dos valores e explica a ausência de redução financeira no período.

19. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Composição do saldo sem restrição:			
Despesas serviços terceiros - PF	-	(17.546)	(681.068)
Despesas honorários profissionais	(1.735.785)	(950.358)	(978.801)
Despesas energia, água, telefone e outros	(1.241.447)	(1.294.419)	(1.047.422)
Despesas viagens	(9.051)	(3.705)	(25.188)
Despesas gerais	(5.880.728)	(6.128.767)	(8.976.937)
Repasses serviços profissionais	(802.744)	(644.788)	(445.959)
Repasses serviços - PJ	(375.358)	(617.220)	(234.303)
Assistências gratuitas	(3.854)	(13.923)	(6.027)
Total	(10.648.966)	(9.671.726)	(12.395.705)

Refere-se às despesas administrativas incorridas pela instituição no período, necessárias à manutenção de suas atividades operacionais. Compreende, principalmente, gastos com honorários profissionais, consumo de utilidades (energia, água, telefone e similares).

As despesas com viagens, repasses de serviços profissionais (pessoa física e jurídica), assistências gratuitas e demais despesas gerais.

As despesas são segregadas entre recursos com e sem restrição, conforme a vinculação das fontes de financiamento, sendo apropriadas ao resultado de acordo com a execução dos respectivos recursos.

20. Outras despesas / receitas líquidas

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Outras despesas:			
Despesas provisões tributárias	(1.275.216)	(3.759.082)	(15.540.466)
Despesas provisões trabalhistas	(5.063.763)	(1.211.888)	(439.233)
Despesas provisões cíveis	(4.376.112)	(491.247)	(1.443.725)
Perdas com clientes	(809.376)	-	-
Outras despesas	(573.039)	(3.256.093)	(1.481.826)
Total	(12.097.506)	(8.717.310)	(18.905.312)

Outras receitas:

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Despesas gerais	(77.226)	(22.756)	-
Total	(10.726.192)	(9.694.481)	(12.395.705)

Receita em Aplicações Financeiras
 276.995 | 440.831 | 334.767 |

Descontos Obrigados
 4.667.641 | 35.528 | 24.183.783 |

Juros s/ Duplicatas em Atrazo a Receber
 601 | 2.829 | 1.574 |

Receita com precatórios
 1.911.879 | - | - |

Total **6.857.116** | **479.188** | **24.520.124** |

Total

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Despesas bancárias	(93.125)	(12.160)	-
Receita em Aplicações Financeiras	(93.125)	(12.160)	-
Total	(186.250)	(24.320)	-

Receita em Aplicações Financeiras
 276.995 | 440.831 | 334.767 |

Descontos Obrigados
 4.667.641 | 35.528 | 24.183.783 |

Juros s/ Duplicatas em Atrazo a Receber
 601 | 2.829 | 1.574 |

Receita com precatórios
 1.911.879 | - | - |

Total

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Despesas bancárias	(93.125)	(12.160)	-
Receita em Aplicações Financeiras	(93.125)	(12.160)	-
Total	(186.250)	(24.320)	-

Receita em Aplicações Financeiras
 276.995 | 440.831 | 334.767 |

Descontos Obrigados
 4.667.641 | 35.528 | 24.183.783 |

Juros s/ Duplicatas em Atrazo a Receber
 601 | 2.829 | 1.574 |

Receita com precatórios
 1.911.879 | - | - |

Total

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Despesas bancárias	(93.125)	(12.160)	-
Receita em Aplicações Financeiras	(93.125)	(12.160)	-
Total	(186.250)	(24.320)	-

Receita em Aplicações Financeiras
 276.995 | 440.831 | 334.767 |

Descontos Obrigados
 4.667.641 | 35.528 | 24.183.783 |

Juros s/ Duplicatas em Atrazo a Receber
 601 | 2.829 | 1.574 |

Receita com precatórios
 1.911.879 | - | - |

Total

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Despesas bancárias	(93.125)	(12.160)	-
Receita em Aplicações Financeiras	(93.125)	(12.160)	-
Total	(186.250)	(24.320)	-

Receita em Aplicações Financeiras
 276.995 | 440.831 | 334.767 |

Descontos Obrigados
 4.667.641 | 35.528 | 24.183.783 |

Juros s/ Duplicatas em Atrazo a Receber
 601 | 2.829 | 1.574 |

Receita com precatórios
 1.911.879 | - | - |

Total

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Despesas bancárias	(93.125)	(12.160)	-
Receita em Aplicações Financeiras	(93.125)	(12.160)	-
Total	(186.250)	(24.320)	-

Receita em Aplicações Financeiras
 276.995 | 440.831 | 334.767 |

Descontos Obrigados
 4.667.641 | 35.528 | 24.183.783 |

Juros s/ Duplicatas em Atrazo a Receber
 601 | 2.829 | 1.574 |

Receita com precatórios
 1.911.879 | - | - |

Total

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Despesas bancárias	(93.125)	(12.160)	-
Receita em Aplicações Financeiras	(93.125)	(12.160)	-
Total	(186.250)	(24.320)	-

Receita em Aplicações Financeiras
 276.995 | 440.831 | 334.767 |

Descontos Obrigados
 4.667.641 | 35.528 | 24.183.783 |

Juros s/ Duplicatas em Atrazo a Receber
 601 | 2.829 | 1.574 |

Receita com precatórios
 1.911.879 | - | - |

Total

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Despesas bancárias	(93.125)	(12.160)	-
Receita em Aplicações Financeiras	(93.125)	(12.160)	-
Total	(186.250)	(24.320)	-

Receita em Aplicações Financeiras
 276.995 | 440.831 | 334.767 |

Descontos Obrigados
 4.667.641 | 35.528 | 24.183.783 |

Juros s/ Duplicatas em Atrazo a Receber
 601 | 2.829 | 1.574 |

Receita com precatórios
 1.911.879 | - | - |

Total

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Despesas bancárias	(93.125)	(12.160)	-
Receita em Aplicações Financeiras	(93.125)	(12.160)	-
Total	(186.250)	(24.320)	-

Receita em Aplicações Financeiras
 276.995 | 440.831 | 334.767 |

Descontos Obrigados
 4.667.641 | 35.528 | 24.183.783 |

Juros s/ Duplicatas em Atrazo a Receber
 601 | 2.829 | 1.574 |

Receita com precatórios
 1.911.879 | - | - |

Total

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Despesas bancárias	(93.125)	(12.160)	-
Receita em Aplicações Financeiras	(93.125)	(12.160)	-
Total	(186.250)	(24.320)	-

Receita em Aplicações Financeiras
 276.995 | 440.831 | 334.767 |

Descontos Obrigados
 4.667.641 | 35.528 | 24.183.783 |

Juros s/ Duplicatas em Atrazo a Receber
 601 | 2.829 | 1.574 |

Receita com precatórios
 1.911.879 | - | - |

Total

	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Despesas bancárias	(93.125)	(12.160)	-
Receita em Aplicações Financeiras	(93.125)	(12.160)	-
Total	(186.250)	(24.320)	-

Receita em Aplicações Financeiras
 276.995 | 440.831 | 334.767 |

Descontos Obrigados
 4.667.641 | 35.528 | 24.183.783 |

Juros s/ Duplicatas em Atrazo a Receber
 601 | 2.829 | 1.574 |

Receita com precatórios
 1.911.879 | - | - |

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 15 Maio 2026, 15:01:36



Documento: BALANÇO FASA - DIGITAL_18-05.Pdf

Número: 2606df54-c7b6-42d1-9779-f66c965bb9f9

Data da criação: 15 Maio 2026, 15:01:19

Hash do documento original (SHA256): f2dc93fe1983a6aa43b652c3a27585dc0899ccaafb6e1b7166a834a14a21d9d7



Assinaturas

FATURAMENTO@OHOJE.COM.BR

Certificado digital. Verifique se já assinou com [ITI](#) ou [verificador ZapSign](#) .

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 2606df54-c7b6-42d1-9779-f66c965bb9f9, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br

ZapSign 2606df54-c7b6-42d1-9779-f66c965bb9f9. Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 15 Maio 2026, 15:01:36

Assinaturas com certificado digital

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

[Confirme a integridade do documento aqui.](#)



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 2606df54-c7b6-42d1-9779-f66c965bb9f9, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br